

## MILITARES

### Provas de valor

Da mesma forma que refinarias da Petrobrás e portos marítimos foram palco de intervenção de tropas do Exército e da Marinha na semana passada, todos os setores de energia elétrica, transporte terrestre, aéreo e marítimo, saneamento básico, serviços hospitalares, gás, combustíveis e lubrificantes, limpeza urbana, comunicações, abastecimento de gêneros de primeira necessidade, aeroportos e instalações militares de uma forma geral encontram-se passíveis de, ao longo do ano, serem ocupadas militarmente.

Isso porque esses setores constituem os chamados pontos sensíveis para a boa condução da economia do País e se encontram inseridos nos planos de defesa interna das Forças Armadas. E dentro da estratégia cuidadosamente montada pelos militares para sensibilizar os parlamentares constituintes e manter seu papel constitucional vigente, demonstrações como essa deverão ser regularmente acionadas, em caso de perturbação da ordem e da lei, garantindo assim a condução de um dos mais bem estruturados lobbies, hoje funcionando dentro da Constituinte.

Apesar das críticas feitas por setores da esquerda, na tribuna da Câmara dos Deputados, no balanço final os militares acham que as intervenções nos portos marítimos e nas refinarias computaram pontos favoráveis para a tese, segundo a qual as Forças Armadas são primordiais na manutenção da defesa da ordem interna.

Segundo o assessor parlamentar da Marinha não foram poucos os parlamentares que, ao longo da semana, fizeram questão de cumprimentá-lo pela "maneira segura, serena e firme" com que o ministro Henrique Sabóia conduziu a intervenção da Força Naval nos portos brasileiros.

E o assessor do ministro, por seu turno, conduziu suas conversas com os constituintes no sentido de mostrar-lhes que a greve dos marítimos trouxe um ensinamento incontestável: "A economia do País depende do mar de maneira crítica. Sendo assim — insistiu o assessor — torna-se indispensável dotar a Marinha de meios necessários para equipar-se", razão pela qual defende a aprovação de projetos referentes à concessão de royalties do petróleo e de fundos da Marinha Mercante para a Força Naval.

E partindo da premissa que uma greve nos portos, assim como em outro ponto considerável vital e essencial é capaz de parar a economia do País, Marinha, Exército e Aeronáutica movimentam-se para provar isso aos parlamentares eleitos com a finalidade de escrever uma nova Constituição e definir o papel dos militares em tal documento.

#### O manual

Esses planos de defesa interna, que no Exército encontram-se aglutinados no Manual de Ação Comunitária, prevê a participação da "autoridade militar como forma de assegurar o pleno funcionamento dos serviços públicos essenciais, principalmente nas crises".

Esse manual, inclusive, se dá ao cuidado de dividir os pontos sensíveis em vitais, essenciais e secundários, de acordo com a maior ou menor dificuldade em recuperá-lo, ou não deixá-lo parado por muito tempo. Além disso, o manual, que dão aos militares poderes para dissipar movimentos grevistas, adota igualmente o princípio de dividir responsabilidades com terceiros na medida em que recomenda que a "defesa dos pontos sensíveis se faça conjuntamente com autoridades civis, tanto na parte de planejamento como na de execução".

E tanto é assim que ao intervir nas refinarias o Exército tomou o cuidado de colocar mais soldados das polícias militares que propriamente da força terrestre. Além disso, tanto o ministro Leônidas Pires Gonçalves quanto seus assessores cercaram-se de uma providência legal dizendo à imprensa que a intervenção era feita "por ordem superior", no caso o presidente da República. Assim, qualquer desgaste público fica também dividido.

Esse cuidado foi igualmente tomado quando de outro exercício destinado a provar a necessidade do Exército na ação interna contra tumultos e perturbação da ordem. Aconteceu durante o baderneiro de 27 de novembro do ano passado. O Exército apareceu com tropas e carros de combate, mas apenas para "garantir a segurança do presidente da República". Correndo o combate aos insubordinados por conta da Polícia Militar do Distrito Federal.

Tanto aqui quanto no caso das refinarias o Exército defendeu suas pretensões, mas com respaldo constitucional e civil. E neste contexto intervencionista é essencial que a ação seja rápida e eficiente. Assim



Ulysses: coordenando.



Luiz Henrique e Sant'Anna: pesquisas individuais.

Foto de Alencar Monteiro

## A Constituinte

### MANDATO

# OPMDB RESOLVERÁ LOGO SE QUER CINCO OU SEIS ANOS

O partido tomará uma decisão em 90 dias. Segundo Ulysses, optando por cinco anos. Segundo Sant'Anna, por seis.

O deputado Ulysses Guimarães demonstrou estar tão empenhado a favor da fixação dos cinco anos que minimizou os resultados de uma pesquisa indicando que 70% da população de oito capitais querem a redução do mandato do presidente Sarney. Perguntado a respeito por um repórter que lembrou o fato de 37% dos ouvidos desejarem eleições este ano, e 26% um mandato de quatro anos, o parlamentar disse que, embora respeitáveis, as pesquisas retratam apenas o momento.

Também o líder Carlos Sant'Anna, depois de audiência ontem com o presidente Sarney, disse que o chefe da Nação vai aceitar o que a Constituinte soberanamente decidir sobre a duração do seu mandato. O importante, de acordo com o líder da maioria, é um pacto prévio já definindo a duração do mandato presidencial para facilitar não só o relacionamento externo do País como também o planejamento e saneamento da economia, internamente.

Depois dos contatos individuais que estão sendo mantidos, o assunto, inquestionavelmente, de acordo com Sant'Anna, passará para a coordenação de Ulysses Guimarães, a quem caberá a convocação da bancada. Esclareceu, ainda, que ontem não tratou do tema com o presidente Sarney, pois é preciso aguardar que a maioria do partido aprobe o assunto com voto nominal.

Dentro de 60 a 90 dias, a bancada do PMDB deverá ter definido sua posição sobre a duração do mandato do presidente, estabelecendo um "pacto político" para quando assumido para tratar na Assembleia Nacional Constituinte. Ao dar a informação, ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, acrescentou que esse pacto poderá ser em conjunto com o PFL.

Os contatos com os parlamentares do PMDB, de acordo com Sant'Anna, estão sendo feitos individualmente, por ele, pelo líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, pelo líder no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, e outros não identificados pelo deputado, além do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. De sua parte, Sant'Anna, além de defender seis anos de mandato para o presidente Sarney, acha que esse tempo vai preverecer entre os peemedebistas.

Já o presidente da Constituinte e da

rães, a quem caberá a convocação da bancada. Esclareceu, ainda, que ontem não tratou do tema com o presidente Sarney, pois é preciso aguardar que a maioria do partido aprobe o assunto com voto nominal.

Dentro de 60 a 90 dias, a bancada do PMDB deverá ter definido sua posição sobre a duração do mandato do presidente, estabelecendo um "pacto político" para quando assumido para tratar na Assembleia Nacional Constituinte. Ao dar a informação, ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, acrescentou que esse pacto poderá ser em conjunto com o PFL.

Os contatos com os parlamentares do PMDB, de acordo com Sant'Anna, estão sendo feitos individualmente, por ele, pelo líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, pelo líder no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, e outros não identificados pelo deputado, além do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. De sua parte, Sant'Anna, além de defender seis anos de mandato para o presidente Sarney, acha que esse tempo vai preverecer entre os peemedebistas.

Já o presidente da Constituinte e da

Câmara, Ulysses Guimarães, está convencido de que a ampla maioria dos integrantes do seu partido é a favor dos cinco anos. Caso seja confirmada essa tendência, a subcomissão do Executivo, da Comissão dos Poderes do Estado, deverá se manifestar nesse sentido, através do voto, ou parecer.

O deputado Ulysses Guimarães não explica por que evoluiu da sua posição inicial, favorável a um mandato de apenas quatro anos, para os cinco anos, chegando a escamotear essa opinião. "Quem disse que era a favor dos quatro anos?" — indagou ao repórter que quis saber sobre os motivos da mudança.

Conforme o presidente da Constituinte, cinco anos é prazo adaptado à realidade brasileira, enquanto o presidente Sarney "sempre me disse que confia aceita a decisão que venha a ser adotada pela Assembleia em relação ao seu mandato". O deputado concordou também ser importante a definição do mandato do presidente Sarney nessa atual fase, não somente com vistas às questões internas, como diante da necessidade do equacionamento dos problemas de corrente da dívida externa brasileira.

MINISTÉRIO

## Sarney dispensa a renúncia



Maciel apoia a renúncia coletiva, que Schwartz continua pedindo.

O presidente José Sarney não pretende fazer uma reforma ministerial a curto prazo nem mesmo ajustes setoriais salvo se fatos novos indicarem sua conveniência. Sarney, em declaração ao Jornal da Tarde, reconheceu a existência de dificuldades, notadamente no plano econômico, e a partir dessa constatação reafirmou a intenção de seguir com a mesma equipe de ministros. Ele considerou desnecessária a demissão coletiva do Ministério, conforme proposto pelo ministro Deny Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e pelo ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, por se sentir à vontade para fazer as alterações que entender necessárias — "se e quando necessárias" —, não de imediato.

O presidente da República lembrou que não governa isolado e considerou positivo que grande número de seus interlocutores lhe procurem mostrar a realidade tal qual ela é, "até mesmo no que diz respeito ao descontentamento com o Imposto de Renda".

Sarney sustentou que as dificuldades que o País atravessa não são do tipo a supor que venha a ocorrer qualquer ruptura na ordem institucional, nem ao estilo de 1964, "nem nos moldes de 1937", conforme hipótese levantada pelo jurista Raimundo Haori, em entrevista publicada ontem no Jornal do Brasil.

Apesar de o presidente ter preferido a hipótese da renúncia coletiva, o ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, du-

rante o almoço com jornalistas, confirmou que a ideia de renúncia do Ministério tem sido ventilada em setores do governo e, possivelmente, ele acha boa medida. Ressaltou, porém, que "esta é a hora de todos pensarem na Pátria, deixando de lado reivindicações pessoais ou partidárias, a fim de colaborar com a proposta do presidente Sarney de um governo de entendimento nacional".

Marco Maciel não confirmou informações dos líderes do seu partido, de que há entre os cinco ministros do PFL um pacto: se um sair, todos sairiam. "Não existe nada disso. Pelo menos de minha parte, o presidente está à vontade para indicar outro chefe da Casa Civil", assinalou. Comentou, no

entanto, que o PFL, no momento, tem menos representatividade no governo do que no dia da posse de Sarney, embora tenha crescido sua bancada para 15 senadores e 120 deputados. O ministro contestou, até com certa irritação, versão de dirigentes do PMDB, de que o presidente Sarney só não promoveu a reforma ministerial pela resistência do PFL. "Isso é um absurdo", acen-tuou.

Importantes dirigentes e líderes peemedebistas também estão convencidos de que todas as pressões do PMDB, a começar pelos novos governadores, para forçar a reforma ministerial, tem um só objetivo: reduzir ao máximo a participação do PFL no governo. Confirmaram, ainda, que caso se concretize a proposta de dividir um Ministério em dois — para atender à nova correlação surgida com o final de mandato de governadores que elegeram seus sucessores —, o ministro Aureliano Chaves "não ficaria mesmo".

Ontem, em Porto Alegre, o ministro Deny Schwartz voltou a insistir na renúncia coletiva do Ministério, "frisando que há um voto de desconfiança da sociedade inclusiva do Congresso contra o atual Ministério". Em São Paulo, o deputado Gastone Righi, líder do PTB na Constituinte e na Câmara, disse que hoje espera sair com duas certezas da conversa que manterá com o presidente Sarney: se realmente haverá uma recomposição ministerial e caso ela se confirme, com qual das pastas ficará seu partido.

MINISTÉRIO

Oliveira, de Pernambuco, que havia afirmado a impossibilidade de uma fixação acima dos quatro anos, já está admitindo uma posição intermediária.

O ministro Jorge Bornhausen faz média, afirmando que no caso do § 7º do artigo 57 "foi o PFL que fez abortar uma ruptura da ordem constitucional".

O PTB, de namoro recente com o Planalto, defende os seis anos para chegar nos cinco.

O PCB acompanha a Aliança Democrática na decisão que tomar.

O PDT, o PT e o PC do B estão fixados nas diretas-je, dificilmente alterarão essa decisão, até porque as posições, a partir de agora, não ficarão mais definidas como reflexo da política nos Estados.

A antecipação dessa questão está exatamente no problema sucessório, embora sem que se saiba, ainda, em que data deverão ocorrer as eleições presidenciais.

A maneira, porém, como as coisas estão colocadas revela que o sistema de governo está tranquilamente nesta alternativa: ou a manutenção do presidencialismo ou a adoção de um parlamentarismo misto, com o presidente da República e o vice escolhidos em eleições diretas e o Ministério composto pelo Parlamento, não cabendo nenhum chance ao parlamentarismo puro.

Mas o presidente Sarney tem pressa na decisão relativa ao sistema de governo e ao período do mandato presidencial.

Por isso, propôs ao deputado Ulysses Guimarães uma reunião com a bancada do PMDB no Senado e na Câmara (305 deputados e 46 senadores) para a próxima sexta-feira, dia 20, às 18 horas. É hora de recepção.

Hora de coquetel, hora tranquila de Brasília, onde sexta-feira é o nosso sábado de São Paulo, até com a característica da sessão parlamentar no período da manhã, hábito que inexplicavelmente se repete, agora, na atividade constituinte.

O presidente já havia pedido ao deputado Luiz Henrique para diligenciar o apressamento da definição do seu período de mandato.

Com Carlos Sant'Anna foi mais longe.

O líder do governo na Câmara já está se instalando nas várias salas da Vice-Presidência.

dência da República, que continuam encravadas no edifício da Câmara, mesmo sem vice-presidente, porque o substituto eventual de Sarney é o presidente da Câmara, que já tem suas amplas instalações, no Legislativo.

Mas a tentativa do trabalho pessoal, feito de parlamentar para parlamentar, não tem dado resultado.

O deputado Paulo Renato Paim (PT-RS), após ouvir relato da deputada Irma Passoni e de um outro jovem parlamentar, pôs a boca no mundo, dizendo que 10.000 cargos estão sendo negociados com vistas ao posicionamento no Congresso.

Um senador e um deputado federal do PMDB de Alagoas foram cair, em nome dos demais colegas, dos cargos federais nesse Estado, em razão da mudança do governo.

Foram recebidos pelo ministro Marco Maciel, que lhes disse: esse problema passa pelo deputado Carlos Sant'Anna.

No Congresso, todos sabem que a partilha ou repartilha dos cargos está condicionada a esse trabalho de que foi incumbido o deputado Carlos Sant'Anna, que, com essa força, vai absorvendo as atribuições dos líderes do PMDB nas bancadas do Senado e da Câmara, enfraquecendo, antecipadamente, qualquer liderança partidária no Constituinte.

### Mandato vitalício

Essa forma de aliciamento, porém, está provocando reações no próprio PMDB, estimulando o deputado Francisco Pinto, da Bahia, a declarar que o presidente Sarney poderá, com esses constituintes, tornar seu mandato até mesmo vitalício.

Mas, nos bastidores, existem outros fatos que esclarecem bem o que está ocorrendo.

Na antecipação da campanha presidencial, colocam-se três tipos de candidatos à sucessão de Sarney.

Os primeiros, cujos nomes estão focalizados, há algum tempo, por razões variadas, não podem esperar um mandato de seis anos.

No PMDB, o governador Franco Montoro, que ficou desde domingo sem mandato, atende a que venha a ser ministro, fica eticamente impossibilitado de reclamar a redução do período administrativo de Sarney. Mas não

pode reabrir-se com os seis anos, que transforam as eleições para 1990. Em situação semelhante, está o deputado Ulysses Guimarães, que deverá ficar no limbo, sem a presidência da Constituinte e a presidência da Câmara, que lhe dá a condição de vice-presidente da República.

Ulysses, percebendo que o aliciamento do Palácio do Planalto com tão poderosos argumentos levará a maioria da bancada a decidir pelos seis anos, já embarcou na ideia dos cinco anos. E seus companheiros mais próximos já imaginam para ele uma eleição de vice-presidente da República, meio passo para a chefia da Nação.

O segundo grupo, do PFL, está reciculado, defendendo o mandato de seis anos, embora essa solução seja prejudicial ao seu candidato, o ministro Aureliano Chaves, integrante da atual equipe de governo e, por isso mesmo, com dificuldade para defender publicamente sua pretensão.

Finalmente, um outro importante grupo de interessados, com mais influência junto às bancadas que se elegeram no conjunto da última campanha: os governadores que assumiram ontem.

Os novos governadores defendem os seis anos para o mandato do atual presidente.

Exatamente o interstício de que necessitam para as candidaturas à presidência e vice-presidência da República. Além disso, é a maneira menos traumática de alijarem da disputa, pelo esquecimento e pela distinção dos mandatos em alguns casos, os ex-governadores, como Franco Montoro, Hélio Garcia, Iris Rezende, exceção feita a José Richa que se arroucou cavaleiro com o escudo do Senado.

E não é o caso do ministro Marco Maciel, porque ainda comanda o PFL. Ele é o deputado que fez a redação do artigo 1º da Constituição, que determina que a Constituinte defina, preliminarmente, o sistema de governo a ser instalado no Brasil e, ao mesmo tempo, a duração do mandato do atual presidente.

Na reunião do dia 20 próximo, os parlamentares do PMDB procurarão informar o presidente sobre